



*Pesquisas de Opinião e Mercado Ltda.*

---

Percepção da população a cerca da disponibilidade, do acesso e da qualidade dos serviços públicos prestados

*Região Metropolitana de Goiânia*

**Senador Canedo**

**Amostra:**

1. Universo da amostra: eleitores do estado de Goiás;
2. Tamanho da amostra: 383 pessoas;
3. Intervalo de confiança: 95% (erro 0,05);
4. Margem de erro 2,13%

Período: De 06 de outubro a 28 de outubro de 2025  
RELATÓRIO DE PESQUISA

## **1. Introdução**

O presente relatório apresenta a análise dos dados obtidos por meio de uma pesquisa de percepção social aplicada aos residentes do município de Senador Canedo, cujo objetivo principal é avaliar o desempenho, a acessibilidade e a efetividade dos serviços públicos municipais. A coleta de informações foi estruturada para gerar indicadores quantitativos capazes de subsidiar processos de planejamento, monitoramento e tomada de decisão no âmbito da gestão pública. Os dados levantados buscam identificar, de maneira sistemática, níveis de satisfação, grau de confiança institucional, percepção de qualidade dos serviços e eventuais gargalos operacionais em áreas essenciais, como educação, saúde, segurança pública, assistência social, meio ambiente, transporte e oportunidades de emprego. A metodologia adotada permite mapear tanto a eficiência percebida pelos usuários quanto a visibilidade e o conhecimento da população acerca dos programas e equipamentos públicos.

Ao consolidar essas informações, pretende-se produzir um diagnóstico situacional preciso, capaz de orientar a formulação de políticas públicas, otimizar a alocação de recursos, estabelecer prioridades de intervenção e fortalecer mecanismos de avaliação contínua de desempenho governamental. Dessa forma, o relatório contribui para a construção de uma gestão mais baseada em evidências, promovendo ações alinhadas às demandas reais da comunidade e ampliando a transparência e a responsividade municipal.

## **2. Metodologia**

A pesquisa tem caráter quantitativo e descritivo, utilizando-se de aplicação de questionários estruturados. A amostragem foi definida por meio de procedimentos estatísticos de sorteio aleatório simples/estratificado, garantindo a representatividade em relação ao universo estudado.

O tamanho da amostra foi calculado considerando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro máxima de 5%, com base na população de referência. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, abrangendo respondentes de diferentes perfis socioeconômicos, de acordo com a proporção observada na população.

A coleta e tabulação dos dados foram conduzidas de maneira padronizada, assegurando a comparabilidade dos resultados e a confiabilidade estatística das análises.

## **3. Delimitação espacial da pesquisa:**

Esta pesquisa foi realizada no município de Senador Canedo

**4. Faixa etária:**

- 4.1 De 16 a 34 anos;
- 4.2 De 35 a 59 anos;
- 4.3 Acima de 60 anos.

**5. Coleta de Dados:**

- 5.1 Período: de 06 de outubro a 24 de outubro de 2025;
- 5.2 Instrumental: Questionário estruturado e cartelas;
- 5.3 Tipo de entrevistas: presencial e domiciliar;
- 5.4 Pessoal: as entrevistas foram realizadas por uma equipe de 4 entrevistadores fiscalizadas por um supervisor;

**6. Contratante:**

Essa pesquisa foi realizada a pedido da Fundação Indigo

**7. Responsabilidade técnica:**

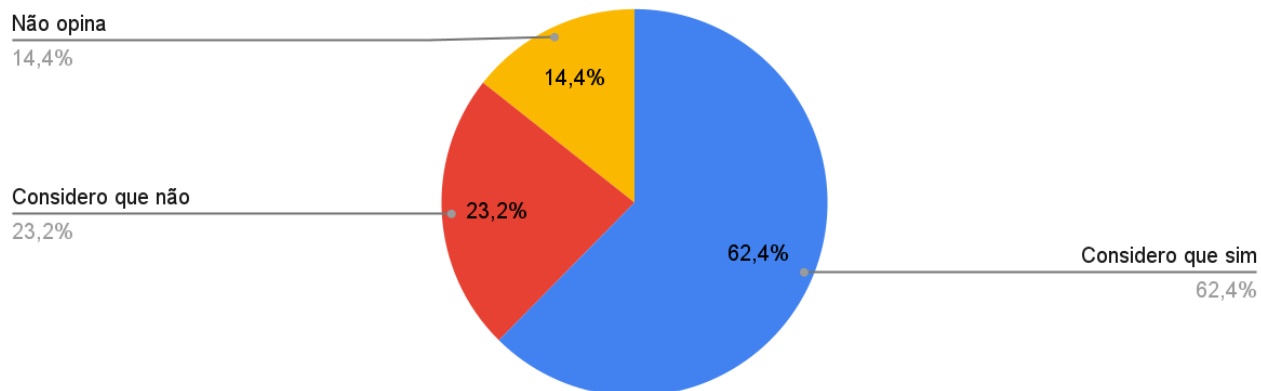
SERPES – Pesquisa de Opinião e Mercado LTDA

## 8. Análise dos serviços públicos

### 8.1 Educação: Acesso às escolas públicas

Acesso às escolas públicas	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Médio	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	62,40%	32,90%	29,24%	0,26%	32,90%	25,59%	3,92%	13,32%	37,34%	11,75%
Considero que não	23,24%	10,44%	12,53%	0,26%	8,09%	13,05%	2,09%	6,53%	11,49%	5,22%
Não opina	14,36%	7,57%	6,53%	0,26%	4,96%	6,53%	2,87%	4,18%	8,09%	2,09%
Total geral	100,00%	50,91%	48,30%	0,78%	45,95%	45,17%	8,88%	24,02%	56,92%	19,06%
<b>Bases (entrevistados)</b>	<b>383</b>	<b>195</b>	<b>185</b>	<b>3</b>	<b>176</b>	<b>173</b>	<b>34</b>	<b>92</b>	<b>218</b>	<b>73</b>

1- Você considera que há igualdade de acesso às escolas públicas para todos os cidadãos?



A distribuição das respostas aponta para um cenário em que a percepção de igualdade de acesso às escolas públicas é predominantemente positiva, com 62,4% dos respondentes reconhecendo a existência de equidade no ingresso e na utilização do sistema educacional. Esse resultado sugere que, para a maioria da população, os mecanismos de oferta educacional são percebidos como suficientemente estruturados, com cobertura territorial e capacidade de atendimento consideradas adequadas para contemplar diferentes regiões e perfis socioeconômicos, refletindo uma avaliação favorável das políticas públicas de acesso à educação básica.

Entretanto, o percentual de 23,2% que não reconhece igualdade no acesso representa um contingente expressivo e estatisticamente relevante, indicando a persistência de percepções de desigualdade no sistema. Essas percepções podem estar associadas a fatores estruturais e territoriais, como a distribuição desigual de unidades escolares, diferenças na qualidade da infraestrutura física e pedagógica, limitações na oferta de vagas em determinadas regiões, critérios de matrícula percebidos como excludentes, além de barreiras de mobilidade urbana e condições socioeconômicas que dificultam o acesso efetivo, mesmo quando o direito formal à matrícula está assegurado.

O grupo de 14,4% que não opina revela um nível significativo de indefinição avaliativa, possivelmente relacionado à ausência de contato direto com a rede pública de ensino, à inexistência de crianças ou adolescentes em idade escolar no núcleo familiar ou ao desconhecimento sobre o funcionamento do sistema educacional e seus critérios de organização. Esse dado também pode indicar fragilidades nos processos de comunicação institucional e na transparência das informações sobre planejamento, distribuição de vagas e investimentos educacionais.

De forma integrada, os resultados demonstram que, embora a percepção majoritária seja de equidade no acesso às escolas públicas, subsistem desafios importantes relacionados à redução das desigualdades territoriais e à ampliação da equidade real, para além do acesso formal. Os dados reforçam a necessidade de monitoramento contínuo das condições de oferta, aprimoramento da distribuição de recursos, fortalecimento das políticas de mobilidade e divulgação clara e acessível das informações educacionais, bem como estímulo à participação social, de modo a reduzir assimetrias informacionais e consolidar uma percepção mais homogênea de justiça e equidade no sistema público de ensino.

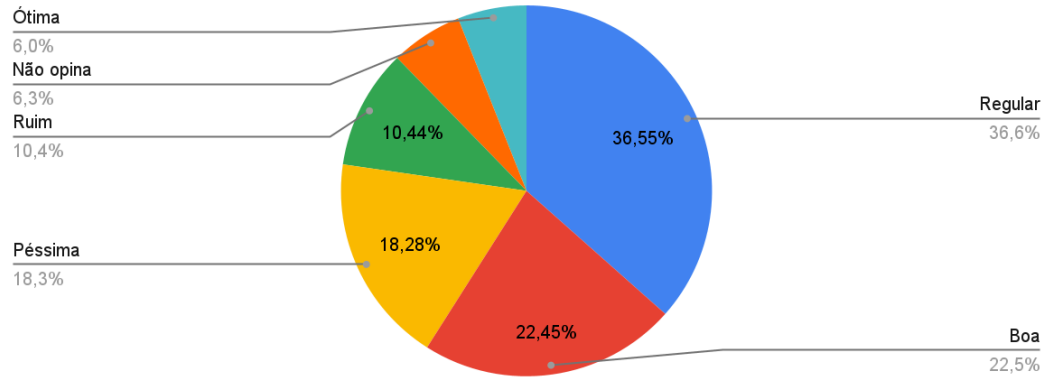
## 8.2 Saúde: Qualidade do atendimento e tempo de espera

Atendimento da saúde	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Médio	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Regular	36,55%	18,28%	18,02%	0,26%	18,54%	15,14%	2,87%	9,14%	19,58%	7,83%
Boa	22,45%	12,27%	10,18%	0,00%	9,40%	11,23%	1,83%	4,44%	14,88%	3,13%
Péssima	18,28%	8,36%	9,40%	0,52%	7,83%	8,62%	1,83%	4,18%	10,18%	3,92%
Ruim	10,44%	6,01%	4,44%	0,00%	5,22%	4,44%	0,78%	2,61%	6,01%	1,83%
Não opina	6,27%	4,18%	2,09%	0,00%	2,61%	2,87%	0,78%	1,31%	4,44%	0,52%
Ótima	6,01%	1,83%	4,18%	0,00%	2,35%	2,87%	0,78%	2,35%	1,83%	1,83%
Total geral	100,00%	50,91%	48,30%	0,78%	45,95%	45,17%	8,88%	24,02%	56,92%	19,06%
<b>Bases (entrevistados)</b>	<b>383</b>	<b>195</b>	<b>185</b>	<b>3</b>	<b>176</b>	<b>173</b>	<b>34</b>	<b>92</b>	<b>218</b>	<b>73</b>

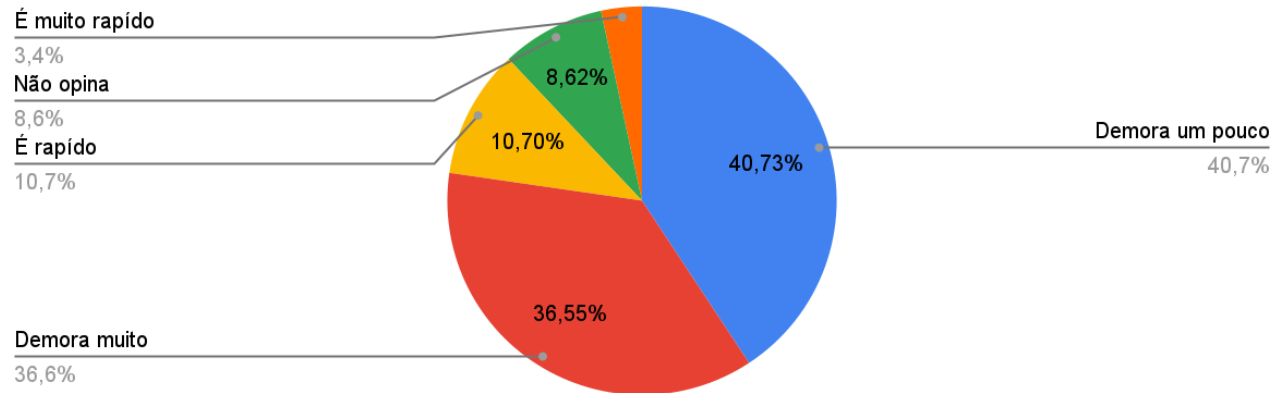
Tempo de espera da saúde	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Médio	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Demora um pouco	40,73%	19,84%	20,63%	0,26%	19,58%	18,54%	2,61%	10,70%	22,72%	7,31%
Demora muito	36,55%	19,32%	16,71%	0,52%	18,28%	14,36%	3,92%	7,57%	20,89%	8,09%
É rápido	10,70%	4,18%	6,53%	0,00%	3,39%	6,27%	1,04%	3,13%	5,48%	2,09%
Não opina	8,62%	5,48%	3,13%	0,00%	3,66%	4,18%	0,78%	2,09%	5,74%	0,78%
É muito rápido	3,39%	2,09%	1,31%	0,00%	1,04%	1,83%	0,52%	0,52%	2,09%	0,78%
Total geral	100,00%	50,91%	48,30%	0,78%	45,95%	45,17%	8,88%	24,02%	56,92%	19,06%
<b>Bases (entrevistados)</b>	<b>383</b>	<b>195</b>	<b>185</b>	<b>3</b>	<b>176</b>	<b>173</b>	<b>34</b>	<b>92</b>	<b>218</b>	<b>73</b>



2- Como você avalia a qualidade do atendimento nos postos de saúde do município?



3- Quanto ao tempo de espera para atendimento nos postos de saúde, você diria que:



A análise integrada das percepções sobre a qualidade do atendimento e o tempo de espera nos postos de saúde evidencia um cenário de desempenho predominantemente intermediário a crítico, marcado por limitações estruturais e operacionais que impactam diretamente a experiência dos usuários. No que se refere à qualidade do atendimento, observa-se a predominância de avaliações regulares, com 36,6% dos respondentes classificando o serviço nesse patamar, o que indica reconhecimento de funcionamento básico, porém sem atingir padrões satisfatórios de excelência. As avaliações positivas permanecem restritas, com 22,5% considerando o atendimento bom e apenas 6% avaliando como ótimo, demonstrando que uma parcela reduzida da população vivencia níveis elevados de acolhimento, resolutividade e eficiência assistencial. Esse dado sugere heterogeneidade significativa entre unidades, equipes ou turnos de atendimento, bem como possíveis fragilidades na padronização dos processos e protocolos de cuidado.

Em contrapartida, a expressividade das avaliações negativas, que somam 28,7% ao agregar os percentuais de ruim, 10,4%, e péssimo, 18,3%, revela um grau relevante de insatisfação e aponta para problemas estruturais persistentes. Essas percepções negativas tendem a estar associadas a fatores como insuficiência de profissionais, sobrecarga das equipes, precariedade ou inadequação da infraestrutura física, dificuldades no acesso a consultas, exames e encaminhamentos especializados, além de falhas na organização e gestão dos fluxos de atendimento. O peso dessas avaliações negativas indica que uma parcela considerável da população experimenta dificuldades recorrentes no uso dos serviços, o que compromete a efetividade da atenção básica e a confiança no sistema de saúde.

A avaliação do tempo de espera reforça esse diagnóstico ao evidenciar uma percepção majoritária de lentidão no atendimento. Os dados mostram que 40,7% dos usuários consideram que o atendimento demora um pouco e 36,6% afirmam que demora muito, totalizando 77,3% que identificam algum grau de morosidade. Esse resultado aponta para gargalos significativos no fluxo assistencial, possivelmente decorrentes de alta demanda reprimida, número insuficiente de profissionais, limitações na capacidade física das unidades ou ineficiências nos processos de triagem, agendamento e atendimento. A baixa proporção de avaliações positivas quanto ao tempo de espera, com apenas 10,7% considerando o atendimento rápido e 3,4% muito rápido, totalizando 14,1%, reforça a percepção de baixa eficiência temporal e indica que a agilidade no atendimento ainda é uma exceção, e não uma característica estrutural do serviço.

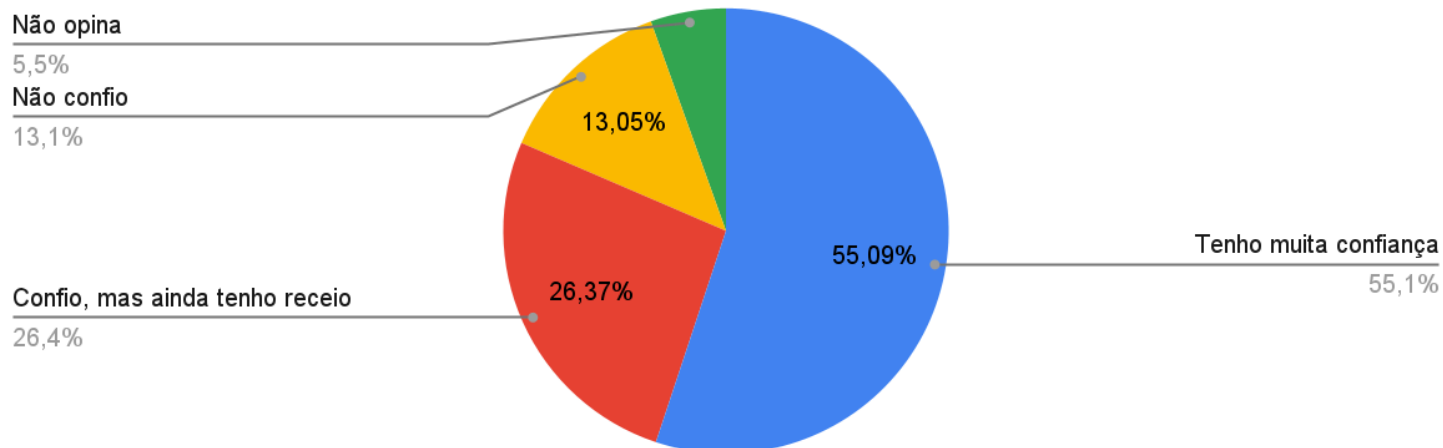
O percentual de não resposta, 8,6%, embora minoritário, pode estar relacionado a usuários com baixa frequência de utilização, experiências pontuais ou dificuldade em avaliar a variabilidade do serviço, mas não altera o diagnóstico geral de insatisfação relacionada ao tempo de espera. De forma integrada, os dados revelam que a morosidade no atendimento constitui um fator crítico, pois influencia diretamente a satisfação dos usuários, a adesão aos tratamentos, a continuidade do cuidado e a credibilidade do sistema público de saúde.

Em síntese, os resultados indicam que os postos de saúde enfrentam desafios relevantes tanto na qualidade quanto na eficiência do atendimento, com predomínio de avaliações medianas e negativas. Esse cenário evidencia a necessidade de intervenções estruturadas, incluindo revisão e padronização de processos internos, fortalecimento da gestão da capacidade instalada, ampliação e melhor distribuição dos recursos humanos, investimentos em infraestrutura e adoção de práticas de gestão orientadas à otimização dos fluxos assistenciais. Tais medidas são fundamentais para reduzir tempos de espera, minimizar a variabilidade na experiência do usuário e elevar de forma consistente os níveis de qualidade e satisfação no atendimento à saúde básica.

### 8.3 Segurança Pública: Confiança nas forças policiais

Confiança na segurança pública	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Médio	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Tenho muita confiança	55,09%	25,33%	29,50%	0,26%	25,33%	24,54%	5,22%	13,05%	29,50%	12,53%
Confio, mas ainda tenho receio	26,37%	17,23%	8,88%	0,26%	14,10%	10,97%	1,31%	5,48%	17,49%	3,39%
Não confio	13,05%	5,74%	7,31%	0,00%	4,18%	7,05%	1,83%	3,92%	6,53%	2,61%
Não opina	5,48%	2,61%	2,61%	0,26%	2,35%	2,61%	0,52%	1,57%	3,39%	0,52%
Total geral	100,00%	50,91%	48,30%	0,78%	45,95%	45,17%	8,88%	24,02%	56,92%	19,06%
<b>Bases (entrevistados)</b>	<b>383</b>	<b>195</b>	<b>185</b>	<b>3</b>	<b>176</b>	<b>173</b>	<b>34</b>	<b>92</b>	<b>218</b>	<b>73</b>

#### 4- Você tem confiança nas forças policiais do município?



A análise da percepção de confiança nas forças policiais do município evidencia um quadro de credibilidade institucional predominantemente elevado, sustentado por um núcleo expressivo de avaliações altamente positivas. O percentual de 55,1% dos entrevistados que declaram ter muita confiança indica forte legitimidade social da corporação, sugerindo que mais da metade da população reconhece a atuação policial como eficaz, presente e relevante para a manutenção da ordem pública e da segurança cotidiana. Esse nível de confiança elevada tende a refletir percepções favoráveis quanto à capacidade de resposta, visibilidade das ações e desempenho operacional em situações de risco ou conflito.

Adicionalmente, 26,4% dos respondentes afirmam confiar, mas ainda com receio, compondo um grupo que, embora reconheça a importância e a atuação da polícia, mantém uma postura de cautela. Essa confiança condicionada pode estar associada a experiências pessoais ou coletivas de violência, à percepção de insegurança em determinados territórios ou horários, ou ainda à avaliação de episódios pontuais que fragilizam a sensação de proteção plena. A soma desses dois grupos resulta em 81,5% da população atribuindo algum grau de confiança às forças policiais, um indicador robusto de aceitação institucional, mas que também revela a existência de nuances qualitativas nessa confiança, que não é homogênea nem irrestrita.

Por outro lado, o contingente de 13,1% que declara não confiar nas forças policiais representa um segmento socialmente relevante, pois aponta para percepções críticas relacionadas à atuação da corporação. Essa desconfiança pode estar vinculada à percepção de insuficiência operacional, baixa presença territorial em determinadas áreas, dificuldades na resolução de ocorrências, problemas de abordagem ou distanciamento entre a polícia e a comunidade. Ainda que minoritário em termos percentuais, esse grupo sinaliza a necessidade de atenção específica, uma vez que a ausência de confiança tende a impactar negativamente a cooperação cidadã, a comunicação de ocorrências e a eficácia das políticas de segurança pública.

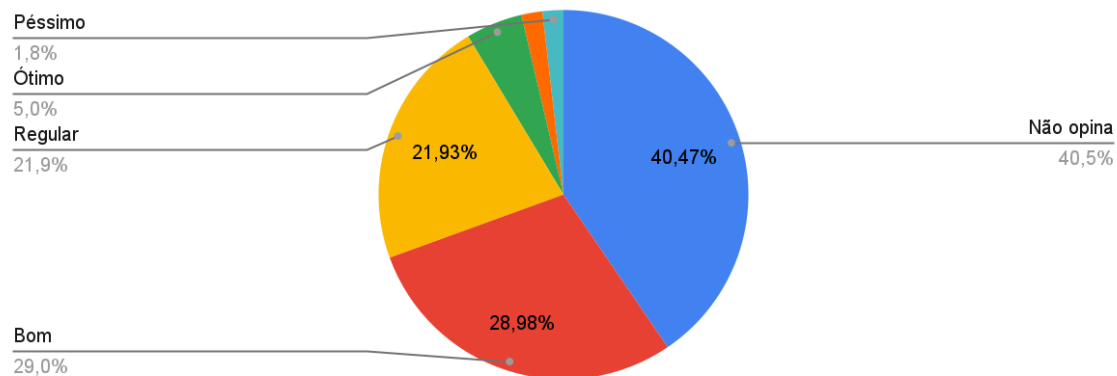
O percentual de 5,5% de não resposta ou ausência de opinião sugere distanciamento do tema, falta de experiências diretas com a atuação policial ou insegurança para avaliar a instituição, o que pode indicar uma relação pouco ativa entre parte da população e os serviços de segurança. Embora não represente uma crítica direta, esse dado reforça a importância de ampliar a visibilidade das ações policiais e fortalecer os canais de diálogo com a sociedade.

Em conjunto, os dados indicam que as forças policiais do município desfrutam de um patamar elevado de confiança social, mas ainda enfrentam desafios relevantes para transformar a confiança condicionada em confiança plena e reduzir os níveis de desconfiança existentes. O fortalecimento de estratégias de policiamento comunitário, a ampliação da presença territorial, a transparência institucional, a qualificação das abordagens e a melhoria da comunicação com a população configuram elementos centrais para consolidar a legitimidade já existente, mitigar receios e ampliar a percepção de segurança de forma equitativa entre diferentes grupos e territórios do município.

## 8.4 Assistência Social: Serviços do CRAS e CREAS

Atendimento do CRAS ou CREAS	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Médio	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não opina	40,47%	22,98%	17,49%	0,00%	17,49%	17,49%	5,48%	9,92%	23,24%	7,31%
Bom	28,98%	13,32%	15,40%	0,26%	14,88%	12,53%	1,57%	5,48%	16,97%	6,53%
Regular	21,93%	9,66%	12,01%	0,26%	10,18%	10,70%	1,04%	5,48%	12,53%	3,92%
Ótimo	4,96%	2,61%	2,35%	0,00%	2,09%	2,35%	0,52%	1,83%	2,35%	0,78%
Ruim	1,83%	1,57%	0,00%	0,26%	1,04%	0,78%	0,00%	0,52%	1,31%	0,00%
Péssimo	1,83%	0,78%	1,04%	0,00%	0,26%	1,31%	0,26%	0,78%	0,52%	0,52%
Total geral	100,00%	50,91%	48,30%	0,78%	45,95%	45,17%	8,88%	24,02%	56,92%	19,06%
<b>Bases (entrevistados)</b>	<b>383</b>	<b>195</b>	<b>185</b>	<b>3</b>	<b>176</b>	<b>173</b>	<b>34</b>	<b>92</b>	<b>218</b>	<b>73</b>

5- Como você avalia os serviços do CRAS ou CREAS?



A análise da avaliação dos serviços do CRAS e CREAS revela um cenário fortemente condicionado por baixa visibilidade e conhecimento institucional, elemento que se destaca como o principal limitador da consolidação desses equipamentos socioassistenciais junto à população. O percentual elevado de 40,5% de respondentes que não opinaram indica que uma parcela expressiva da população não possui informações suficientes, não mantém contato direto ou não reconhece plenamente o papel, as atribuições e os serviços ofertados pelo CRAS e CREAS. Esse dado sinaliza fragilidade nos mecanismos de divulgação, comunicação territorial e articulação com a comunidade, o que compromete o alcance e a efetividade das políticas de assistência social.

Entre os respondentes que realizaram avaliação, observa-se um predomínio de percepções positivas, com 29% classificando os serviços como bons e 5% como ótimos, totalizando 34% de avaliações favoráveis. Esse resultado sugere que, para os usuários que acessam ou conhecem os serviços, há reconhecimento de aspectos como acolhimento, escuta qualificada, capacidade técnica das equipes e efetividade no encaminhamento das demandas sociais. A presença desse núcleo de aprovação indica que os serviços possuem potencial operacional e qualidade percebida, ainda que restritos a um público específico que consegue acessar os equipamentos.

As avaliações regulares, que correspondem a 21,9%, revelam um conjunto intermediário de percepções que aponta para limitações estruturais e operacionais. Esse grupo provavelmente identifica fragilidades relacionadas à insuficiência de recursos humanos, sobrecarga de atendimentos, demora nos processos, restrições na abrangência territorial ou inconsistências na padronização da qualidade entre diferentes unidades. A expressividade desse percentual indica que, mesmo entre usuários informados, existem expectativas não plenamente atendidas, o que pode comprometer a continuidade do vínculo com os serviços.

As respostas negativas, que somam apenas 3,6% entre ruim e péssimo, representam um contingente reduzido, mas relevante do ponto de vista qualitativo, pois evidenciam situações em que o atendimento foi percebido como inadequado ou ineficaz. Ainda que minoritárias, essas avaliações indicam a existência de problemas pontuais que exigem monitoramento contínuo, correção de falhas e atenção individualizada às experiências negativas.

De forma integrada, os dados indicam que o principal desafio dos serviços do CRAS e CREAS não reside exclusivamente na qualidade do atendimento prestado, mas sobretudo na baixa visibilidade e no limitado conhecimento da população sobre sua existência, funções e formas de acesso. A ampliação das estratégias de comunicação institucional, o fortalecimento da presença territorial, a articulação com outras políticas públicas e a promoção de ações informativas junto às comunidades emergem como medidas estratégicas para ampliar o alcance, reduzir o desconhecimento e potencializar o impacto social desses serviços, garantindo maior utilização, reconhecimento e valorização da política de assistência social no município.

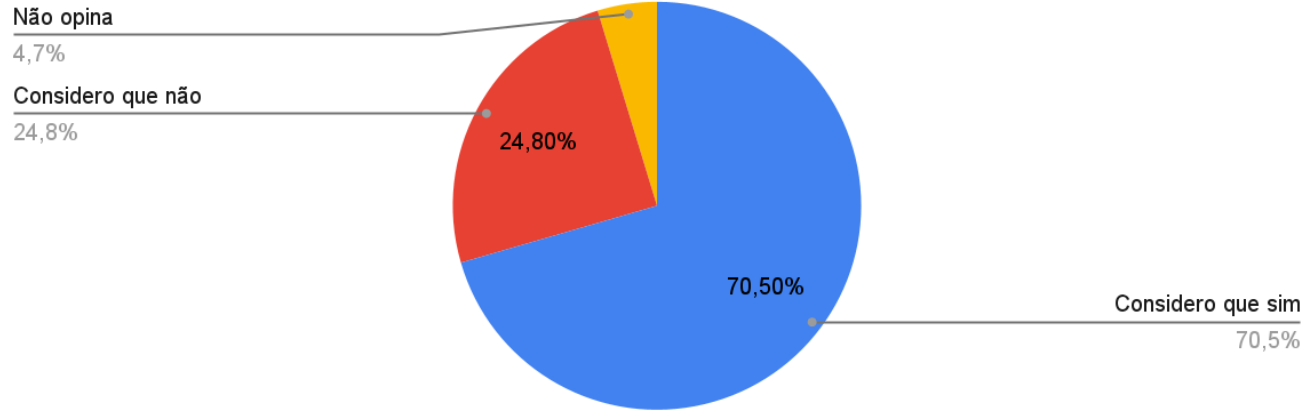
## 8.5 Emprego e Capacitação Profissional

Oportunidades de trabalho	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Médio	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	70,50%	33,42%	36,81%	0,26%	30,55%	33,68%	6,27%	15,93%	40,73%	13,84%
Considero que não	24,80%	15,14%	9,40%	0,26%	13,05%	9,66%	2,09%	6,79%	13,84%	4,18%
Não opina	4,70%	2,35%	2,09%	0,26%	2,35%	1,83%	0,52%	1,31%	2,35%	1,04%
Total geral	100,00%	50,91%	48,30%	0,78%	45,95%	45,17%	8,88%	24,02%	56,92%	19,06%
<b>Bases (entrevistados)</b>	<b>383</b>	<b>195</b>	<b>185</b>	<b>3</b>	<b>176</b>	<b>173</b>	<b>34</b>	<b>92</b>	<b>218</b>	<b>73</b>

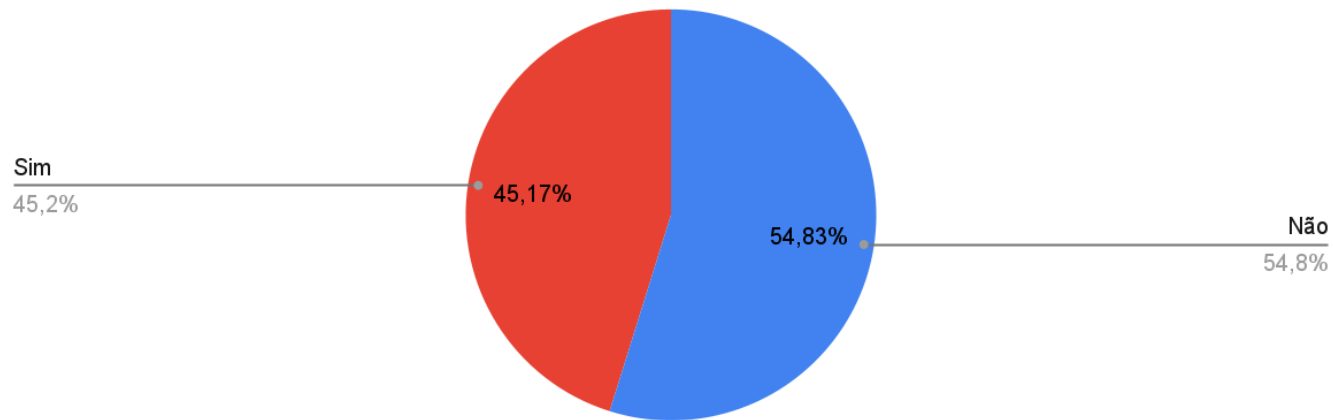
Capacitação profissional	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Médio	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não	54,83%	28,98%	25,33%	0,52%	26,89%	22,98%	4,96%	12,53%	32,38%	9,92%
Sim	45,17%	21,93%	22,98%	0,26%	19,06%	22,19%	3,92%	11,49%	24,54%	9,14%
Total geral	100,00%	50,91%	48,30%	0,78%	45,95%	45,17%	8,88%	24,02%	56,92%	19,06%
<b>Bases (entrevistados)</b>	<b>383</b>	<b>195</b>	<b>185</b>	<b>3</b>	<b>176</b>	<b>173</b>	<b>34</b>	<b>92</b>	<b>218</b>	<b>73</b>



6- Você considera que existem oportunidades de trabalho suficientes em seu município?



7- Você tem conhecimento de programas de capacitação, para empregos, oferecidos pelo município?



A análise integrada dos resultados referentes à oferta de oportunidades de trabalho e ao conhecimento sobre programas de capacitação profissional revela um cenário globalmente favorável, porém marcado por desequilíbrios estruturais e informacionais que limitam o pleno aproveitamento do potencial econômico do município.

No que se refere à percepção sobre oportunidades de trabalho, observa-se predominância clara de avaliações positivas, com 70,5% dos respondentes afirmando que existem vagas suficientes no município. Esse percentual elevado sugere que o mercado de trabalho local é percebido como relativamente dinâmico, com capacidade de absorção de mão de obra e oferta compatível com as expectativas de uma parcela expressiva da população. Tal percepção pode estar associada à presença de atividades econômicas consolidadas, setores empregadores ativos ou circulação frequente de oportunidades formais e informais. No entanto, o contingente de 24,8% que considera insuficiente a oferta de empregos não é desprezível e evidencia a coexistência de realidades distintas dentro do mesmo território. Esse grupo possivelmente enfrenta maiores dificuldades de inserção, seja pela escassez de vagas em determinados setores, pela inadequação entre as exigências do mercado e o perfil de qualificação disponível, pela concentração de oportunidades em áreas específicas ou pela exclusão de grupos mais vulneráveis, como jovens, pessoas com baixa escolaridade ou trabalhadores mais velhos. Os 4,7% que não opinaram indicam um segmento afastado do mercado de trabalho ou com pouca informação recente, o que reforça a heterogeneidade das experiências laborais no município.

Quando analisado o conhecimento sobre os programas de capacitação profissional ofertados pelo poder público, o cenário revela um ponto crítico. A maioria da população, 54,8%, afirma não ter conhecimento dessas iniciativas, evidenciando uma lacuna significativa nos processos de divulgação, comunicação institucional e alcance territorial das políticas de qualificação. Esse dado indica que, embora existam programas potencialmente estratégicos para fortalecer a empregabilidade e reduzir desigualdades no acesso ao trabalho, seu impacto é limitado pela baixa visibilidade e pelo restrito acesso à informação. Por outro lado, 45,7% declaram conhecer os programas, o que demonstra que uma parcela relevante da população consegue acessar essas informações, possivelmente por estar mais próxima de equipamentos públicos, redes comunitárias, instituições parceiras ou canais formais de comunicação. Ainda assim, a diferença entre os grupos evidencia uma assimetria informacional que compromete a equidade das políticas públicas, uma vez que o desconhecimento tende a concentrar-se justamente entre aqueles que mais necessitam de qualificação para melhorar sua inserção no mercado de trabalho.

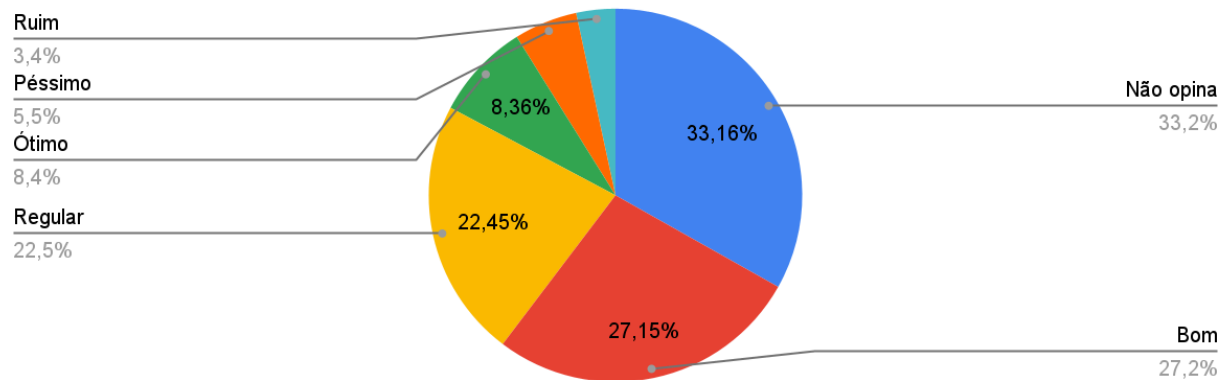
De forma articulada, os dados sugerem que, embora a percepção geral sobre oportunidades de emprego seja positiva, a ausência de ampla divulgação e acesso aos programas de capacitação pode limitar a sustentabilidade desse cenário no médio e longo prazo. A consolidação de um mercado de trabalho mais inclusivo e resiliente demanda não apenas a existência de vagas, mas também políticas eficazes de qualificação, alinhadas às demandas produtivas locais e amplamente conhecidas pela população. Assim, os resultados reforçam a necessidade de fortalecer estratégias de comunicação, ampliar a presença territorial das ações de capacitação, integrar políticas de emprego e desenvolvimento econômico e direcionar esforços específicos para grupos que

percebem maiores dificuldades de inserção, garantindo que o crescimento das oportunidades seja acompanhado por acesso equitativo à informação e à qualificação profissional.

## 8.6 Transporte Público: Acesso e avaliação do serviço

Transporte público	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Médio	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não opina	33,16%	17,75%	15,40%	0,00%	14,10%	15,67%	3,39%	6,79%	20,89%	5,48%
Bom	27,15%	12,53%	14,10%	0,52%	14,88%	10,44%	1,83%	5,48%	17,23%	4,44%
Regular	22,45%	11,49%	10,97%	0,00%	9,40%	10,70%	2,35%	6,27%	11,49%	4,70%
Ótimo	8,36%	3,39%	4,96%	0,00%	3,66%	4,44%	0,26%	3,13%	3,13%	2,09%
Péssimo	5,48%	3,66%	1,83%	0,00%	2,09%	2,35%	1,04%	1,57%	2,09%	1,83%
Ruim	3,39%	2,09%	1,04%	0,26%	1,83%	1,57%	0,00%	0,78%	2,09%	0,52%
Total geral	100,00%	50,91%	48,30%	0,78%	45,95%	45,17%	8,88%	24,02%	56,92%	19,06%
<b>Bases (entrevistados)</b>	<b>383</b>	<b>195</b>	<b>185</b>	<b>3</b>	<b>176</b>	<b>173</b>	<b>34</b>	<b>92</b>	<b>218</b>	<b>73</b>

8- Como você avalia o acesso ao transporte público em seu município?



A avaliação do acesso ao transporte público no município evidencia um cenário heterogêneo e estruturalmente desigual, no qual as percepções positivas ainda se mostram restritas. Apenas 27,2% dos respondentes classificam o serviço como bom e 8,4% como ótimo, totalizando 35,6% de avaliações favoráveis, o que demonstra que pouco mais de um terço da população reconhece níveis satisfatórios de disponibilidade, regularidade, cobertura territorial e qualidade operacional capazes de atender de forma eficiente às demandas cotidianas de deslocamento. Esse resultado indica que, embora existam trechos, linhas ou horários com desempenho adequado, tais condições não se distribuem de maneira homogênea no território municipal.

As respostas regulares, que somam 22,5%, revelam uma percepção intermediária marcada por limitações persistentes, sugerindo que uma parcela relevante da população vivencia um serviço funcional, porém aquém das expectativas, possivelmente em razão de intervalos longos entre veículos, horários pouco compatíveis com rotinas de trabalho e estudo, insuficiência de linhas em determinadas regiões, ou ainda deficiências na infraestrutura física e no conforto dos usuários. Esse grupo expressa uma avaliação crítica que sinaliza a necessidade de ajustes operacionais e melhor alinhamento entre oferta e demanda.

Destaca-se de forma significativa o elevado percentual de 33,2% de não opinião, que representa quase um terço dos respondentes e configura um indicador relevante de assimetria no acesso ou na utilização do sistema. Esse dado pode refletir tanto o uso esporádico ou inexistente do transporte público quanto a exclusão de segmentos populacionais que residem em áreas com baixa cobertura, dependem de outros meios de transporte ou carecem de informações suficientes sobre o funcionamento do serviço. Tal resultado evidencia fragilidades na universalização do acesso e na integração do transporte público à dinâmica urbana do município.

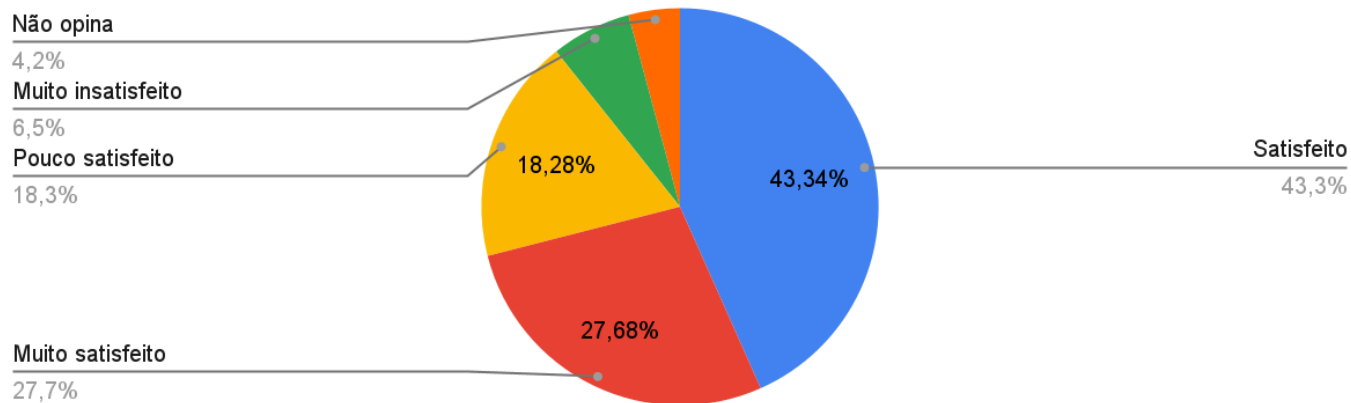
As avaliações negativas, com 5,5% classificando o serviço como péssimo, embora numericamente menores, não devem ser desconsideradas, pois apontam para problemas mais severos e concentrados, possivelmente relacionados a falhas recorrentes na operação, precariedade da infraestrutura, baixa confiabilidade dos horários ou condições inadequadas de segurança e conforto, afetando diretamente a mobilidade de determinados grupos ou territórios.

Em conjunto, os dados revelam um cenário de satisfação limitada e experiência desigual, no qual o transporte público ainda não se consolida como uma alternativa plenamente eficiente, acessível e equitativa para a maioria da população. Esse quadro reforça a necessidade de políticas públicas estruturantes voltadas à ampliação da cobertura territorial, à qualificação da operação, à adequação dos horários e frequências às necessidades reais da população e à redução das desigualdades no acesso, de modo a fortalecer o transporte público como instrumento de mobilidade urbana, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

## 8.7 Meio Ambiente Urbano : Áreas verdes

Áreas verdes	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Médio	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Satisfeito	43,34%	21,93%	20,89%	0,52%	23,24%	16,71%	3,39%	9,92%	25,85%	7,57%
Muito satisfeito	27,68%	13,05%	14,62%	0,00%	10,18%	14,10%	3,39%	6,79%	14,88%	6,01%
Pouco satisfeito	18,28%	10,97%	7,05%	0,26%	8,88%	8,62%	0,78%	3,92%	11,23%	3,13%
Muito insatisfeito	6,53%	3,39%	3,13%	0,00%	2,09%	3,66%	0,78%	1,57%	2,87%	2,09%
Não opina	4,18%	1,57%	2,61%	0,00%	1,57%	2,09%	0,52%	1,83%	2,09%	0,26%
Total geral	100,00%	50,91%	48,30%	0,78%	45,95%	45,17%	8,88%	24,02%	56,92%	19,06%
<b>Bases (entrevistados)</b>	<b>383</b>	<b>195</b>	<b>185</b>	<b>3</b>	<b>176</b>	<b>173</b>	<b>34</b>	<b>92</b>	<b>218</b>	<b>73</b>

9- Como você se sente em relação as áreas verdes (praças, parques, jardins) do município?



A percepção da população sobre as áreas verdes do município evidencia um cenário amplamente favorável, com predomínio expressivo de avaliações positivas. A soma de 43,3% de respondentes satisfeitos e 27,7% muito satisfeitos, totalizando 71% de opiniões favoráveis, indica que a maioria da população reconhece esses espaços como adequados em termos de qualidade ambiental, manutenção, funcionalidade e contribuição para o bem-estar urbano. Esse resultado sugere que as áreas verdes cumprem papel relevante na promoção do lazer, do convívio social, da prática de atividades físicas e da melhoria das condições ambientais e paisagísticas do município.

Entretanto, a presença de 18,3% de respondentes pouco satisfeitos revela que uma parcela significativa da população identifica limitações na experiência oferecida por esses espaços. Essas restrições podem estar associadas à insuficiência ou deterioração de equipamentos urbanos, problemas de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, percepção de insegurança, baixa iluminação, falta de diversidade de atividades ou inadequação da infraestrutura para atender diferentes perfis etários e sociais. Esse grupo aponta que, embora as áreas verdes existam, sua qualidade e funcionalidade não são homogêneas em todo o território.

As avaliações negativas, representadas por 6,5% de muito insatisfeitos, indicam problemas mais graves e concentrados, possivelmente relacionados à ausência de áreas verdes em determinadas regiões, manutenção deficiente, degradação ambiental, falta de limpeza ou insegurança persistente. Esse percentual, ainda que minoritário, evidencia desigualdades territoriais relevantes e sinaliza a existência de bolsões urbanos onde os benefícios associados às áreas verdes são limitados ou inexistentes.

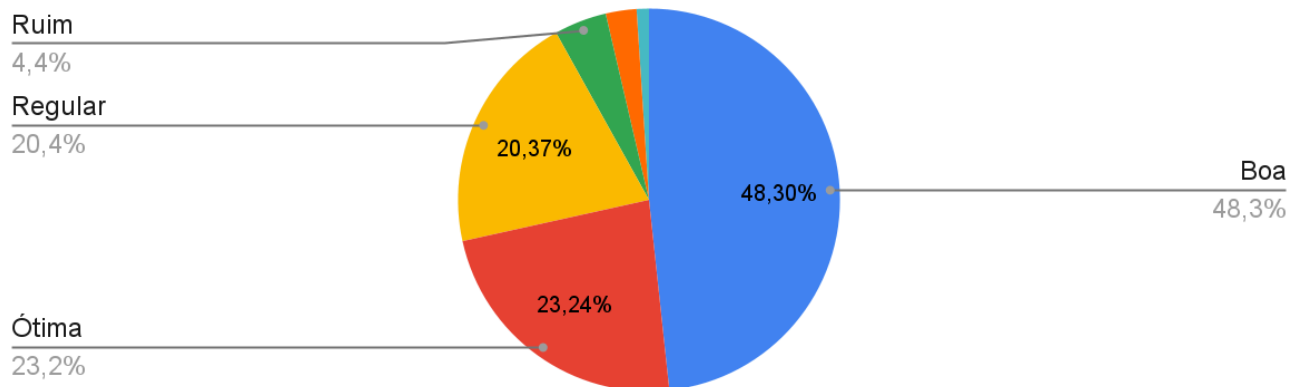
O percentual de 4,2% de não opinião sugere distanciamento do tema, pouco uso dos espaços disponíveis ou desconhecimento sobre a oferta de áreas verdes no município, o que pode refletir tanto barreiras de acesso quanto falhas na divulgação ou integração desses espaços à rotina da população.

Em conjunto, os dados revelam que, embora a percepção geral sobre as áreas verdes seja amplamente positiva, persistem desafios relacionados à equidade territorial, à padronização da qualidade, à ampliação da infraestrutura e à diversificação dos usos. Esses resultados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas não apenas à manutenção dos espaços existentes, mas também à expansão planejada das áreas verdes, à qualificação contínua da infraestrutura e à garantia de acesso equitativo, de modo a assegurar que os benefícios ambientais, sociais e urbanos desses espaços alcancem de forma consistente toda a população.

### 8.8 Limpeza Urbana: Coleta de lixo domiciliar

Coleta de lixo	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Médio	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Boa	48,30%	21,67%	26,11%	0,52%	21,15%	23,24%	3,92%	12,01%	26,89%	9,40%
Ótima	23,24%	13,05%	10,18%	0,00%	11,23%	9,14%	2,87%	6,79%	13,05%	3,39%
Regular	20,37%	9,92%	10,44%	0,00%	9,92%	8,62%	1,83%	3,92%	13,32%	3,13%
Ruim	4,44%	3,66%	0,78%	0,00%	2,09%	2,09%	0,26%	1,04%	1,83%	1,57%
Péssima	2,61%	1,57%	0,78%	0,26%	1,04%	1,57%	0,00%	0,00%	1,31%	1,31%
Não opina	1,04%	1,04%	0,00%	0,00%	0,52%	0,52%	0,00%	0,26%	0,52%	0,26%
Total geral	100,00%	50,91%	48,30%	0,78%	45,95%	45,17%	8,88%	24,02%	56,92%	19,06%
<b>Bases (entrevistados)</b>	<b>383</b>	<b>195</b>	<b>185</b>	<b>3</b>	<b>176</b>	<b>173</b>	<b>34</b>	<b>92</b>	<b>218</b>	<b>73</b>

10- Quanto à coleta de lixo na sua casa, como você avalia?



A avaliação da coleta de lixo domiciliar no município revela um desempenho globalmente positivo, sustentado por elevados índices de aprovação. A soma de 48,3% de respondentes que classificam o serviço como bom e 23,2% que o avaliam como ótimo, totalizando 71,5% de percepções favoráveis, indica que a maior parte da população reconhece a regularidade da coleta, a previsibilidade dos horários, a eficiência operacional e a confiabilidade do serviço prestado. Esse resultado sugere que a política de limpeza urbana atende, de forma geral, às expectativas da população e contribui para a manutenção das condições sanitárias e ambientais do município.

Entretanto, a presença de 20,4% de avaliações regulares evidencia que uma parcela expressiva dos usuários percebe limitações na prestação do serviço. Essas percepções intermediárias podem estar associadas a variações na frequência da coleta, atrasos pontuais, cobertura desigual em determinadas regiões, dificuldades de acesso em vias estreitas ou não pavimentadas, bem como falhas na comunicação sobre cronogramas e mudanças operacionais. Esse grupo indica que, embora o serviço funcione, sua qualidade não é plenamente homogênea em todo o território municipal.

As avaliações negativas, ainda que restritas a 4,4% dos respondentes que classificaram a coleta como ruim, são relevantes do ponto de vista da gestão pública, pois sinalizam a existência de problemas localizados que afetam diretamente a experiência de determinados bairros ou grupos populacionais. Tais ocorrências podem estar relacionadas a áreas periféricas, zonas rurais, regiões de expansão urbana ou locais com maior complexidade logística, onde a regularidade e a cobertura do serviço tendem a ser mais desafiadoras.

Em conjunto, os dados indicam que a coleta de lixo domiciliar apresenta elevado grau de aprovação e cumpre adequadamente sua função essencial, mas também evidenciam a necessidade de ações contínuas de monitoramento, ajuste operacional e padronização da qualidade. O aprimoramento da cobertura, a redução das disparidades territoriais e o fortalecimento da comunicação com a população são medidas estratégicas para elevar ainda mais a satisfação, garantir maior equidade no acesso ao serviço e consolidar a percepção positiva já predominante.

## 9. Conclusão

A análise integrada de todas as dimensões pesquisadas revela um panorama complexo, no qual o município apresenta desempenhos relativamente positivos em diversos setores, mas ainda enfrenta desafios estruturais, desigualdades territoriais e lacunas de informação que impactam a percepção da população sobre os serviços públicos. Na área educacional, 62,4% dos entrevistados percebem igualdade de acesso às escolas públicas, indicando que a distribuição de unidades e a capacidade de atendimento são consideradas satisfatórias pela maior parte da população. No entanto, 23,2% identificam desigualdades, sugerindo limitações estruturais como variação na infraestrutura entre regiões, insuficiência de vagas em determinados bairros, barreiras de mobilidade ou desigualdades socioeconômicas que interferem no acesso efetivo. A presença de 14,4% de não respostas evidencia baixa exposição direta ou falta de informações sobre os critérios de alocação, o que reforça a necessidade de estratégias de monitoramento contínuo, transparência institucional e participação social para reduzir assimetrias e fortalecer a percepção de equidade.

Na saúde, o atendimento nos postos apresenta predominância de avaliações intermediárias, com 36,6% classificando o serviço como regular e 22,5% como bom, enquanto apenas 6% apontam atendimento ótimo, indicando padrões de excelência restritos. As avaliações negativas somam 28,7%, evidenciando falhas estruturais significativas, como tempo de espera elevado, insuficiência de profissionais, limitações de infraestrutura e dificuldade de acesso a consultas especializadas. O tempo de espera é percebido como longo por 77,3% da população, sendo um indicativo crítico de gargalos operacionais, alta demanda, capacidade instalada limitada e fragilidades na gestão dos fluxos assistenciais. Apenas 14,1% relatam atendimento rápido ou muito rápido, revelando baixa eficiência temporal percebida, enquanto 8,6% não opinaram, possivelmente por ausência de uso recente ou desconhecimento do serviço. Esses resultados apontam para a necessidade de padronização de processos, ampliação da oferta de atendimentos, redistribuição de recursos humanos e implementação de práticas de gestão orientadas à redução de tempos de espera e maior previsibilidade na prestação do serviço.

No âmbito da segurança pública, a confiança nas forças policiais é majoritariamente positiva, com 55,1% declarando muita confiança e 26,4% confiando com receio, totalizando 81,5% com algum nível de credibilidade. Esse cenário indica percepção de eficiência e legitimidade, embora a confiança condicionada reflita vulnerabilidades percebidas em determinados bairros, experiências individuais negativas ou avaliação de falhas pontuais. Os 13,1% que não confiam destacam segmentos da população que percebem insuficiência operacional, fragilidade na resolução de ocorrências ou baixa presença territorial. Os 5,5% que não opinaram sugerem distanciamento do tema ou falta de experiências diretas. Esses dados apontam para a necessidade de fortalecimento da proximidade comunitária, transparência nas ações policiais, melhorias na comunicação institucional e estratégias de policiamento que consolide a confiança de forma mais homogênea.

A avaliação dos serviços do CRAS e CREAS evidencia elevada taxa de desconhecimento, com 40,5% de não respostas, revelando baixa visibilidade das políticas socioassistenciais. Entre os usuários informados, 34% percebem os serviços como bons ou ótimos, reconhecendo acolhimento e capacidade de resposta, enquanto 21,9% classificam como regular e 3,6% como ruim ou péssimo, indicando limitações operacionais pontuais. Esse cenário reforça a necessidade de ampliação da divulgação, fortalecimento do acesso territorial, incremento da comunicação institucional e integração das ações socioassistenciais com a comunidade, de modo a aumentar a utilização, compreensão e valorização desses serviços.

Em termos econômicos, 70,5% percebem oportunidades de trabalho suficientes, enquanto 24,8% identificam insuficiência, evidenciando desafios relacionados à diversificação econômica, adequação da qualificação profissional e inclusão de grupos mais vulneráveis. O desconhecimento sobre programas de capacitação profissional, relatado por 54,8% da população, indica lacuna na divulgação e alcance dessas iniciativas, o que limita seu impacto e cobertura. A existência de 45,7% que possuem conhecimento demonstra que os programas são acessíveis a determinados segmentos, reforçando a necessidade de estratégias de comunicação mais amplas, parcerias comunitárias e ações direcionadas à inclusão de públicos prioritários.

O transporte público apresenta avaliação fragmentada, com 35,6% de percepções positivas, 22,5% como regular e 5,5% negativas, além de 33,2% de não respostas, sugerindo heterogeneidade no uso, desigualdade de cobertura e variações na percepção do serviço. Esse panorama evidencia necessidade de ampliação da oferta, padronização da qualidade operacional, melhoria da infraestrutura e redução das desigualdades no acesso.

As áreas verdes recebem avaliação favorável de 71%, com 18,3% pouco satisfeitos e 6,5% muito insatisfeitos, refletindo limitações em distribuição, manutenção, acessibilidade e diversidade de equipamentos em determinadas regiões. A presença de 4,2% de não respostas sugere desconhecimento ou distanciamento do uso desses espaços, indicando necessidade de políticas de expansão, manutenção contínua e equidade territorial.

A coleta de lixo domiciliar é bem avaliada por 71,5% da população, com 20,4% classificando como regular e 4,4% como ruim, evidenciando que, embora o serviço seja percebido como eficiente na maior parte do território, existem pontos de fragilidade que requerem atenção, principalmente relacionados à cobertura, frequência e logística operacional.

De forma integrada, os resultados indicam que o município apresenta desempenhos satisfatórios em diversas áreas, incluindo educação, saúde, segurança pública, assistência social, mercado de trabalho, transporte, áreas verdes e coleta de lixo, mas ainda enfrenta desafios estruturais, desigualdades territoriais, variações de qualidade entre unidades e lacunas de informação que afetam a experiência da população. Os dados reforçam a necessidade de planejamento estratégico contínuo, monitoramento permanente, políticas de comunicação e divulgação, ampliação de recursos humanos, padronização de processos e investimentos direcionados que promovam equidade, eficiência e acesso uniforme aos serviços, garantindo que os benefícios das políticas públicas atinjam todos os segmentos da população de maneira consistente e sustentável.